

A MUTUALIDADE COMO FIO CONDUTOR DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL

*MUTUALITY AS A GUIDING THREAD IN THE
PROCESS OF EMOTIONAL DEVELOPMENT*

*LA MUTUALIDAD COMO HILO CONDUCTOR EN EL
PROCESO DE DESARROLLO EMOCIONAL*

Kellen Evaldt Arrozi ⁽¹⁾

Milena da Rosa Silva ⁽²⁾

RESUMO

A partir do entendimento da importância dos aspectos relacionais e das construções conjuntas entre bebê e adulto, este estudo tem como objetivo apresentar a mutualidade como fio condutor do processo de desenvolvimento emocional. A mutualidade engloba diversos elementos que auxiliam a perceber processos iniciais de relacionamento entre o bebê e seu ambiente, frequentemente sutis, mas de fundamental importância. Ela é entendida como um processo que vai desde a sustentação da ilusão inicial de onipotência, quando a relação ainda é subjetiva, passa pela possibilidade de se viver uma experiência junto com outro, até a assunção dos fenômenos criativos e da espontaneidade. Como chave de interpretação psicanalítica, a mutualidade pode servir de amparo para entender as implicações dos atores que fazem parte de uma relação. Nesse sentido, ela leva em conta o que o cuidador produz no bebê e também aquilo que o bebê produz no cuidador, considerando os efeitos de reconhecimento que surgem em ambas as partes.

Palavras-chave: psicanálise; mutualidade; desenvolvimento emocional; experiência.

⁽¹⁾ Psicóloga. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-9889-5807> — email: kellenevaldtarrosi@gmail.com

⁽²⁾ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-1063-4149> — email: milena.silva@ufrgs.br

ABSTRACT

Starting from the understanding of the importance of relational aspects and joint constructions between baby and adult, this study aims to present mutuality as a guiding thread in the process of emotional development. Mutuality encompasses several elements that help to perceive the initial processes of the relationship between the baby and their environment, which are often subtle, but of fundamental importance. It is understood as a process that goes from sustaining the initial illusion of omnipotence, when the relationship is still subjective, through the possibility of living an experience together with another, to the assumption of creative phenomena and spontaneity. As a key to psychoanalytic interpretation, mutuality can serve as support to understand the implications of the actors who are part of a relationship. In this sense, it takes into account what the caregiver engenders in the baby and also what the baby engenders in the caregiver, considering the effects of recognition that arise on both.

Keywords: psychoanalysis; mutuality; emotional development; experience.

RESUMEN

A partir de la comprensión de la importancia de los aspectos relacionales y de las construcciones conjuntas entre bebé y adulto, este estudio tiene como objetivo presentar la mutualidad como hilo conductor en el proceso de desarrollo emocional. La mutualidad engloba varios elementos que ayudan a percibir procesos iniciales de relación entre el bebé y su entorno, que muchas veces son sutiles, pero de fundamental importancia. Se entiende como un proceso que va desde sostener la ilusión inicial de omnipotencia, cuando la relación aún es subjetiva, pasa por la posibilidad de vivir una experiencia junto con otro, hasta la asunción de fenómenos creativos y de la espontaneidad. Como clave de la interpretación psicoanalítica, la mutualidad puede servir como apoyo para comprender las implicaciones de los actores que forman parte de una relación. En este sentido, se tiene en cuenta lo que el cuidador genera en el bebé y también lo que el bebé genera en el cuidador, considerando los efectos de reconocimiento que surgen en ambas partes.

Palabras clave: psicoanálisis; mutualidad; desarrollo emocional; experiencia.

Introdução

Este texto parte de indagações advindas da prática clínica em psicanálise com crianças. Intervir com a primeira infância exige constantes reinvenções na técnica, levando em consideração elementos lúdicos, uma sensibilidade aguçada, manter contato com o não verbal e, fundamentalmente, lidar com os aspectos relacionais envolvidos na construção de uma subjetividade.

Todas essas especificidades promovem questionamentos a respeito de como operar com a psicanálise a partir do encontro afetivo em que o corpo e a sensorialidade ocupam papel de destaque na cena. Considerando as relações iniciais como precursoras da formação do psiquismo e do desenvolvimento emocional e tendo como guia a questão acerca de como criança e cuidador interagem e criam um ritmo próprio para que seja possível viverem uma experiência juntos, a qual serve, paradoxalmente, para separar o bebê do adulto (Ogden, 2002), este artigo tem como intuito apresentar o entendimento do tema da mutualidade como chave de leitura do processo de desenvolvimento emocional.

A ideia de mutualidade, trabalhada por Winnicott (1969/1994), engloba diversos elementos que permitem realizar uma leitura do que está em jogo no processo de desenvolvimento, numa construção que, desde o início, se dá com o outro. Esses elementos auxiliam a perceber processos iniciais de relacionamento entre o bebê e seu ambiente, frequentemente sutis, mas de fundamental importância. A mutualidade, como chave de leitura psicanalítica, pode servir de amparo para entender as implicações dos atores que fazem parte de uma relação. Nesse sentido, ela leva em conta o que o cuidador engendra no bebê e também aquilo que o bebê gera no cuidador.

Considerando a relação como aspecto fundamental para os processos de desenvolvimento psíquico, as trocas mútuas vão configurando a forma como nos colocamos no mundo e, posteriormente, diante da alteridade, como possibilitam um viver mais criativo. Neste estudo, apresentaremos a mutualidade como fio condutor de uma operação psíquica que se dá com o outro, numa relação inicialmente subjetiva e, posteriormente, na dimensão do *entre*, a qual proporciona, como desfecho, a construção de experiências e o espaço para a criação.

Temos como objetivo circunscrever o que é a mutualidade, desde a sustentação da ilusão inicial a partir da identificação, até a possibilidade de o bebê e o cuidador viverem uma experiência juntos, momento no qual o eu e o não-eu passam a, gradualmente, serem percebidos pelo bebê como separados. É a partir de um ritmo, inicialmente muito coeso e sustentador da ilusão, que o experimentar junto, onde algo da separação já está posto, se torna possível.

Ricardo Rodolfo (2004) destaca a importância da fusão para que os outros processos de subjetivação possam ocorrer e aponta que o uso sem precauções da castração na teoria psicanalítica, em geral, deixou de considerar a importância de que a criança “consiga a fusão” (p. 228), condição indispensável para que os cortes – que são sempre não totais – sejam pensáveis. O autor destaca, ainda, Winnicott como precursor em considerar a fusão como um trabalho, e não como um estado – normal ou patológico.

Esse trabalho inicial bem feito, juntamente com os processos posteriores que levarão à capacidade da criança de viver uma experiência com o outro, viabilizarão o gesto espontâneo, a criação, o advento da espontaneidade e os processos de reconhecimento envolvidos numa relação. O fio condutor de todo esse movimento subjetivante está na relação estabelecida entre criança e cuidadores, aqui situada como mutualidade.

Identificação: conceito central

Para adentrar no entendimento sobre a mutualidade, torna-se importante visitar um conceito central: a identificação. O jogo intersubjetivo presente nas experiências de mutualidade só será possível se o adulto puder se identificar com o bebê sob seus cuidados. Coelho Jr. (2001) propõe que é a partir do texto *Luto e Melancolia* (Freud, 1917/2010) que passamos a encontrar, na obra freudiana, maior ênfase na importância dos objetos de identificação nos processos de subjetivação. Dessa maneira, tais processos passam a ser entendidos como de sucessivas identificações, uma vez que “os objetos vão sendo substituídos e o sucesso ou o fracasso nas substituições será determinante na formação de sintomas ou do equilíbrio e das possibilidades criativas de cada sujeito” (Coelho Jr., 2001, p. 42). De forma semelhante, Roudinesco e Plon (1998) definem a identificação como “o processo central pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou se apropriando, em momentos-chave de sua evolução, dos aspectos, atributos ou traços dos seres humanos que o cercam” (p. 363).

Na teoria winnicottiana, temos a ênfase na identificação primária, que ocorre no início da vida, no estágio da dependência absoluta – o qual será melhor elucidado mais adiante – entre o bebê e seu cuidador primordial. A identificação é balizadora da possibilidade de que aconteçam as trocas mútuas e de que outras identificações ocorram ao longo do processo de amadurecimento do indivíduo. Winnicott (1952/2021b), ao falar sobre o fenômeno que denomina como primeira mamada teórica, o qual diz respeito ao surgimento de um estado propício

para a alucinação – em que o bebê percebe como sua criação aquilo que é oferecido pelo ambiente –, enfatiza o valor da identificação para a sustentação do estado inicial de ilusão, fundamental para o gradativo estabelecimento de trocas entre o bebê e o mundo externo:

O amor da mãe e sua estreita identificação com o bebê alertam-na para a necessidade deste, o que a leva a providenciar alguma coisa mais ou menos no lugar certo e no momento certo. Essa situação, repetida muitas vezes, dá início à capacidade do bebê para usar a ilusão, sem a qual nenhum contato seria possível entre a psique e o ambiente. (Winnicott, 1952/2021b, p. 399)

Nesse trecho, temos que a leitura atenta de que o que bebê necessita passa, fundamentalmente, pelo grau de identificação do cuidador com o bebê. O fenômeno da preocupação materna primária, que para Winnicott (1966/1994) depende de que a mãe desenvolva uma capacidade especial de leitura das necessidades do bebê para atender a ele com a maior exatidão possível em suas demandas e para que seja proporcionada a ilusão, tem, como cerne de sustentação, a noção de identificação.

A identificação relaciona-se com o fato de o cuidador já ter sido um bebê. Montagna (2011) aponta que o que permite ao cuidador identificar-se com o bebê é a existência de algum aspecto dele que ainda “continua bebê” (p. 185), considerando a permanência do infantil no adulto. Freud (1900/1980), em *A Interpretação dos Sonhos*, apresenta o conceito de marcas mnêmicas, as quais constituem-se como traços no aparelho psíquico advindos das percepções de cada sujeito. As marcas mnêmicas, para Freud (1900/1980), dizem respeito à forma como os acontecimentos se inscrevem na memória, das quais as oriundas da primeira infância são as que têm uma impressão mais forte e que dificilmente tornam-se conscientes. Essas vivências ocorridas na infância configurarão, *a posteriori*, a realidade psíquica do indivíduo, sua fantasia, que não corresponde, necessariamente, à realidade histórica.

Zavaroni et al. (2007) estabelecem que o infantil refere-se ao modo de tomar a infância no trabalho de análise. Esses dois conceitos – o infantil e a infância – são, portanto, cúmplices, já que o infantil apropria-se da realidade histórica da infância e a transforma. O infantil compreende um para além do que foi efetivamente visto, ouvido ou vivido na infância. Os sons, os cheiros, as sensações táteis também compõem as marcas mnêmicas primordiais, grafadas no psiquismo em um tempo primeiro da constituição psíquica e, portanto, se

incorporam ao conceito de infantil (Zavaroni et al., 2007). Considera-se, no processo de mutualidade, a existência de identificações advindas desse infantil que “renasce” no adulto a partir do contato com o bebê. Assim, a experiência do adulto de já ter sido um bebê influencia a relação estabelecida com o bebê sob seus cuidados, o que evidencia a complexidade da temática e do que está em jogo nesses processos.

Comunicações iniciais: o ritmo das vivências mútuas

Para Winnicott (1969/1994), a mutualidade encontra-se no campo das influências iniciais, o que inclui as sutilezas presentes no manejo que o cuidador primordial faz com seu bebê. No contexto desses relacionamentos primeiros, o ambiente e como ele se comporta fazem parte do bebê (Winnicott, 1968/1994), sem que haja uma divisão entre aquilo que compreende o eu e o não-eu. Nesse momento, a unidade é o arranjo ambiente-indivíduo (Winnicott, 1952/2021a), e a relação ainda é subjetiva, de modo que podemos falar em vivência, mas não ainda em experiência – a qual pressupõe o início da existência de dois também do ponto de vista do bebê. Por essa razão, Winnicott atenta para a comunicação que se dá antes da verbalização ter sido alcançada e adquirido significado, a qual é silenciosa e que o bebê não registra, a não ser pelos efeitos decorrentes da falta de confiabilidade (Winnicott, 1969/1994). Dessa forma, o autor propõe que o mais importante nesse momento inicial não seria o conteúdo verbal, mas sim o ritmo criado pela dupla ambiente-bebê. É a partir de “uma experiência compartilhada, de trocas mútuas, silentes, afetivas e corporais” (Silva et al., 2017, p. 256) que uma dupla se comunica na experiência de mutualidade, e é essa corporalidade vívida o fator essencial para que as trocas mútuas aconteçam.

A comunicação silenciosa indica a presença de confiabilidade (Graña, 2011). Nela se cria um ritmo próprio entre o cuidador e o bebê, que se encontra protegido de eventuais perturbações pelo anteriormente mencionado estado de preocupação materna primária. Tal estado é caracterizado por uma sensibilidade especial, que permite o reconhecimento e atendimento às necessidades do bebê a cada momento (Vilete, 2013). Nesse sentido, é possível ao bebê suportar as posteriores falhas graduais a partir de uma adaptação inicial quase perfeita (Winnicott, 1952/2021b), a qual proporciona à criança a ilusão de que aquilo que o cuidador oferece é criado por ela. Partindo da teoria winnicottiana, Saikoski et al. (2021), ao trabalhar sobre a mutualidade no contexto da

relação mãe-bebê numa UTI neonatal, apontam que o bebê registra os efeitos da comunicação ao longo de seu desenvolvimento, e não a comunicação em si, uma vez que ele “só tem conhecimento sobre ela quando falha, tornando-se assim ruidosa, devido aos efeitos da falta de confiabilidade” (p. 417). Nesse sentido, as comunicações iniciais, se tudo ocorrer bem, garantem ao bebê, de forma silenciosa, uma sustentação psíquica e o sentimento de unidade e continuidade no espaço-tempo.

Elaborando o tema da mutualidade, Winnicott (1968/1994) fornece algumas diretrizes para pensar o que está envolvido nas comunicações silenciosas iniciais. A primeira diretriz diz respeito ao fato de a comunicação ser uma questão de reciprocidade na experiência física, ilustrada pelo ato de embalar o bebê e o que isso implica: a respiração do cuidador primordial, o calor de seu hálito, seu cheiro e o som das batidas de seu coração. A segunda refere-se ao espaço potencial criado entre o bebê e o ambiente, lugar das brincadeiras, a partir das quais nasce o prazer pela experiência. A terceira, ao uso que o bebê faz do rosto da mãe, no qual vê a si próprio. Por fim, a quarta diz da experiência inicial de onipotência do bebê, a partir da qual o ambiente concretiza aquilo que o bebê procura, e lhe transmite a sensação de que ele cria o mundo e pode, a partir daí, experimentar frustrações. Todos esses processos estarão compreendidos no que o autor entende como mutualidade, assim nomeada no texto de 1969, *A experiência mãe-bebê de mutualidade*, caracterizada como o começo de uma comunicação entre duas pessoas: para o bebê é uma conquista desenvolvimental e depende de que o ambiente tenha a atitude e a capacidade de “tornar real aquilo que o bebê está pronto para alcançar, descobrir, criar” (Winnicott, 1969/1994, p. 198), o que só é possível se esse ambiente estiver identificado com o bebê.

A articulação entre mutualidade e transicionalidade merece destaque, uma vez que o espaço potencial supracitado é o campo onde ocorrem as trocas mútuas, e pode abranger a dimensão transicional num momento posterior, aquela *entre* o subjetivo e o objetivo. Winnicott (1953/2019), no texto *Objetos e fenômenos transicionais*, trabalha a construção teórica acerca da terceira parte da vida de um ser humano, chamada por ele de uma área intermediária da experimentação, constituída, simultaneamente, pela realidade interior e pela vida exterior, a qual é capaz de manter “as realidades interna e externa separadas, mesmo que inter-relacionadas” (Winnicott, 1953/2019, p. 16). É nessa zona que ocorrerão os fenômenos transicionais, que serão responsáveis não só por auxiliar a criança a transitar entre o interno e o externo, mas também por, ao longo da vida, aproximar-nos do simbolismo, das artes e dos movimentos culturais. O acesso à transicionalidade demanda a instalação de um ritmo próprio

e de alternância entre presença e ausência, que estão presentes na mutualidade. Assim, é possível entender a mutualidade como um caminho no processo de construção da transicionalidade.

Ao propor uma discussão a partir de uma leitura aprofundada dos escritos de Winnicott e da referência a diversos autores pós-winnicottianos acerca de seus entendimentos sobre o espaço potencial, Serralha (2019) caracteriza esse espaço como aquele no qual o indivíduo vivencia experiências diversas, que envolvem “elementos subjetivos, transicionais, internos, objetivos e externos, de acordo com o tempo e as necessidades do amadurecimento individual” (Serralha, 2019, p. 165). Dessa maneira, o espaço potencial possibilita experiências transicionais, mas não se restringe a elas. Ou seja, o acesso à transicionalidade pode ser entendido como o produto de uma evolução que se dá no espaço potencial. Retomando textos winnicottianos, Serralha (2019) demonstra que o espaço potencial não surge apenas com o processo de simbolização, mas é anterior à existência dos objetos e fenômenos transicionais. A terceira área da experiência deriva do espaço potencial inicial e pressupõe a existência de duas outras áreas: a interna e a externa (Serralha, 2019).

A partir desse entendimento, é possível pensar o espaço potencial como o campo onde ocorrem as experiências de mutualidade entre bebê e cuidador. Isso porque ele pode ser tomado como “o *locus* de um processo psíquico evolutivo, sustentado por um ambiente facilitador e que constitui inicialmente uma área intermediária, que é mãe e bebê – área de ilusão” (Serralha, 2019, p. 168). Nessa área de ilusão, a relação ainda constitui-se como subjetiva, sem que haja diferenciação eu-outro, e depende das trocas mútuas para que os processos de desenvolvimento emocional da criança cheguem à transicionalidade, ao uso do objeto, ao brincar e às experiências culturais.

Winnicott (1967/2019) estabelece que, no espaço potencial, o bebê vê a si mesmo quando olha para o rosto da mãe. Porém, a capacidade criativa do bebê passa a se atrofiar quando ele não recebe de volta aquilo que dá, mas sim os estados emocionais do cuidador. Graña (2011) aponta, apoiado nas ideias winnicottianas, que, se o gesto espontâneo do bebê não é correspondido pelo ambiente, corre-se o risco de que ele caia no vazio e que os próximos gestos passem por uma perda de vitalidade, até que se tornem extremamente tímidos e entrem num processo de mortificação do *self* criativo e espontâneo. Por outro lado, quando o cuidador devolve ao bebê aquilo que é dele, servindo de espelho que sustenta e reflete o que há de mais próprio, singular e criativo, o que observamos são “manifestações de gestos espontâneos intercambiados, que partem do verdadeiro *self* do bebê e convocam o verdadeiro *self* da mãe a sustentar ativamente essa

circularidade” (Graña, 2011, p. 159). Instaure-se, dessa maneira, um ritmo compartilhado entre o bebê e seu cuidador, permeado por processos de identificação e pelas comunicações silenciosas.

Fulgencio (2020) realiza um percurso sobre a teoria do desenvolvimento emocional de Winnicott apresentando a relação inicial subjetiva do bebê com o objeto da necessidade que, do ponto de vista do bebê, é criado por ele mesmo. O objeto subjetivo não é externo, nem interno, tampouco transicional, o objeto é o próprio bebê. Nessa experiência, possibilita-se ao bebê, desde que sustentado por um ambiente suficientemente bom, experimentar a onipotência, o que gera a ilusão de que ele próprio cria aquilo que satisfaz suas necessidades. Esse processo denota uma integração que pode ser denominada, conforme Fulgencio (2020), como “experiências de si-mesmo” (p. 122). Temos, aqui, o germe de uma potência criativa que surge pela ilusão de onipotência possibilitada ao bebê pelo ambiente. Se tudo ocorrer bem, esse germe inicial se desenvolverá ao longo dos processos de desenvolvimento emocional (Winnicott, 1963/1983), e permitirá ao ser humano entrar, posteriormente, em contato com as dimensões do brincar e das vivências culturais.

A sensação do bebê de que ele cria aquilo que o ambiente apresenta, com o próprio bebê como objeto subjetivo (Fulgencio, 2020) – processo que possibilita a sustentação da ilusão inicial – pode nos levar ao entendimento de que, de início, não há duas subjetividades. Porém, isso acontece apenas do ponto de vista do bebê. Apesar de ele não acessar ainda o reconhecimento de uma diferença, é justamente a partir da subjetividade do cuidador, atento às necessidades e aos ritmos do bebê, que a ilusão inicial pode ser sustentada. Portanto, temos uma troca que é, sim, intersubjetiva e co-construída, mesmo que uma das partes não acesse, num primeiro momento, a externalidade como algo que vem de outra subjetividade. Nesse sentido, a sustentação da ilusão é o que possibilita ao bebê, de início, viver como se ele e o ambiente fizessem *um*. Porém, paradoxalmente, o que possibilita esse acontecimento é a existência de outra subjetividade que, atenta às necessidades do bebê, não “deixa” que ele perceba a externalidade, e o protege de possíveis intrusões do ambiente.

Dessa maneira, o fato de, inicialmente, não haver o reconhecimento, do ponto de vista do bebê, da existência de um outro separado, não significa que não exista mutualidade. Ela está presente no que é possível chamar de um primeiro tempo da mutualidade, no qual ainda não existe uma diferenciação entre bebê e ambiente. As manifestações da criança, como, por exemplo, um sorriso ou um choro, provocarão sentimentos e reações no cuidador, que devolverá, de alguma forma, suas impressões ao bebê. As trocas mútuas, portanto, já estão presentes e

são essenciais para que um segundo tempo da mutualidade seja possível: aquele em que a distinção entre ambiente e bebê passa a existir.

Essa fase inicial é denominada por Winnicott (1963/1983) como dependência absoluta, e é seguida por outras duas fases do desenvolvimento emocional: a dependência relativa e rumo à independência. Na dependência absoluta temos essa vivência em que, do ponto de vista do bebê, ele e ambiente fazem *um*, em que a relação estabelecida é subjetiva e a ilusão de onipotência sustentada. Essa é uma fase em que não há predicação “eu” reconhecido como tal, em que “o ser humano vive a experiência SOU” (Fulgencio, 2020, p. 124) de forma unificada ao ambiente. Nesse estágio, há um alto grau de adaptação do cuidador, no qual as falhas podem causar uma reação no lactente e quebrar uma espécie de plano para a existência, que Winnicott (1963/1983) denomina como vir-a-ser. É essa ilusão inicial do bebê, facilitada pelo ambiente, que sustentará a possibilidade de se conceber a diferença, e então falarmos da assunção de uma experiência.

Construção de experiências a partir da mutualidade: reconhecimento da externalidade

É a partir da fase concebida por Winnicott como dependência relativa que será possibilitado o encontro com a diferença, com algo “não-eu”, a partir de uma desadaptação gradual do ambiente. Ou seja, nela o bebê vai se adaptando às falhas no cuidado inicial quase perfeito do ambiente e tornando-se, de certo modo, consciente da dependência (Winnicott, 1963/1983).

A dependência relativa é composta por três dinâmicas principais: desilusão, transicionalidade e uso do objeto (Fulgencio, 2020). Na *desilusão* temos como marca o início de uma etapa em que o ambiente não é mais totalmente subjetivo, na qual o bebê pode passar a suportar algumas falhas ambientais, desde que as ausências não durem um tempo maior do que a criança possa suportar. Esse processo só pode acontecer se, anteriormente, houve o fornecimento bem-sucedido do espaço para a ilusão e se a onipotência do bebê pôde ser sustentada, uma vez que “não há nenhuma desilusão (aceitação do princípio da realidade), exceto com base na ilusão” (Winnicott, 1986/1999, p. 32).

Na *transicionalidade*, conhecida como uma zona entre o subjetivo e objetivo, a área de onipotência inicial passa a ser habitada por outros objetos, os quais o bebê não necessariamente reconhece como exteriores a si. O objeto transicional caracteriza-se por ser, ao mesmo tempo, criado e encontrado e representa a transição de um estado de fusão para uma experiência com o cuidador como

ser externo e separado (Winnicott, 1953/2019). Assim, em meio aos objetos e aos fenômenos transicionais, a criança começa a viver a experiência de ser-com (Fulgencio, 2020) e obtém as primeiras impressões da realidade externa sobre si, ainda que continue a criar parcialmente essa realidade.

Já na dinâmica do *uso do objeto*, os objetos passam a ser apreendidos como externos, com o que sofrem uma importante transformação, uma vez que antes eram concebidos como subjetivos ou transicionais (Fulgencio, 2020). Com essa transição, nesse momento a criança de certa forma expulsa o objeto para fora e as bordas que constituem a diferenciação entre o eu e o não-eu passam a existir. Para Graña (2011), um verdadeiro intercâmbio na relação cuidador-bebê é possível quando o cuidador sobrevive aos ataques imaginários que o bebê empreendeu em sua fantasia e pode, a partir daí, ser *usado* por ele. No texto *O uso de um objeto e a relação por meio de identificações*, Winnicott (1968/2019) estabelece a distinção entre a relação de objeto e o uso do objeto. A relação comporta um conjunto de projeções e identificações; já o uso pressupõe que o objeto seja real, que ele esteja situado numa realidade compartilhada. Para o autor, a capacidade de usar um objeto faz parte de um processo de maturação, dependendo de um ambiente facilitador que suporte a destruição, uma vez que ela “tem um papel na construção da realidade, colocando o objeto para fora do *self*” (Winnicott, 1968/2019, p. 148). Nesse processo mútuo, do qual fazem parte bebê e ambiente, é criada uma realidade compartilhada que pode ser usada pelo sujeito em constituição e que o alimenta com uma substância diferente de si próprio, apontando para o desenvolvimento de uma singularização do *infans* que antes se encontrava em estado fusional com seu cuidador, dando a ver o que se identifica como o segundo tempo da mutualidade.

É o deslocamento da psicanálise para o campo vivo da relação, para o encontro entre a forma psíquica aberta, incompleta e dependente do bebê e o mundo de realizações simbólicas já constituído pelo cuidador o ponto que caracteriza as construções teóricas de Winnicott, conforme Tales Ab’Sáber (2021). Tal encontro se dá num lugar comum, onde eles vão, então, viver uma experiência juntos. “No fundo dessa experiência de sobreposição de sentido de dois diferentes, dois radicalmente outros, Winnicott situa um valor fundamental da vida: eles vivem algo, e vivem juntos” (Ab’Sáber, 2021, p. 70). Aí se encontra a ideia de zona de ilusão e o valor psicanalítico do paradoxo winnicottiano: nesse encontro, ao mesmo tempo em que se dá a expansão da alucinação, a realidade também passa a existir para o bebê. Essa é a base para que seja fundada a noção paradoxal de sustentação mútua do subjetivo e objetivo, de onipotência e realização, numa lógica em que esses aspectos possam coexistir, e não se excluírem em oposições

binárias, dando valor ao gesto espontâneo, à criação e ao brincar. Nesse sentido, a mutualidade está presente tanto num primeiro tempo, quando a ilusão é sustentada e o bebê e o ambiente fazem *um* só, quanto num tempo segundo, no qual a realidade passa a fazer parte da experiência da criança de forma mais consolidada e, então, ela concebe o cuidador como um ente distinto.

Que coisas precisam acontecer para que uma subjetividade emergente tenha experiências? Qual é esse caminho a ser percorrido? Essas são perguntas que Ricardo Rodulfo (2008) ressalta, questionando-se sobre em quais complexas e delicadas condições algo chega a ser uma experiência. O que estaria em jogo no processo de desenvolvimento emocional, numa leitura winnicottiana, é a capacidade para ter experiências, construída a partir das experiências iniciais de mutualidade, em que o adulto cuida da possibilidade de uma experiência ter lugar para a criança, o que é diferente, para Rodulfo (2012), de agarrar-se à possibilidade (onipotente) de causar uma experiência no outro.

Além de todas as implicações no desenvolvimento da criança, o fio que situa a importância da noção de mutualidade encontra-se no fato de ela considerar a afetação do cuidador em sua relação com o bebê, ou seja, a influência que a criança exerce sobre o psiquismo do adulto diante dos processos de reconhecimento mútuos. Considera-se, portanto, uma vivência de mão dupla, onde o bebê precisa do adulto e, igualmente, o adulto precisa do bebê. Jessica Benjamin (2006) trabalha essa questão enfatizando a compreensão da ação recíproca por dois sujeitos ativos, que por mais que seja assimétrica, não é unilateral. A autora aponta o cuidador não apenas como um sujeito que contém, mas que também precisa ser reconhecido pela criança de quem cuida, subvertendo a perspectiva de uma via de mão única, bastante difundida na psicanálise, na qual o cuidador é entendido principalmente como aquele a partir do qual a criança torna-se sujeito ou ator.

Benjamin (2006) cunha a ideia de um terceiro intersubjetivo como uma terceiridade, pensada na forma de uma qualidade de relacionamento intersubjetivo correlata a um tipo de “espaço” mental interno capaz de apreender a direcionalidade de duas vias, informando a relação ali presente, mas não apenas numa perspectiva de observação externa, como o nome pode sugerir. A autora salienta o contraste entre as dualidades da complementaridade e o potencial que se cria na terceiridade recorrendo à metáfora geométrica em que o terceiro ponto cria um espaço, e não uma linha.

Quando estamos ‘em’ relações complementares, estamos justamente incapazes de experimentar a bidirecionalidade dos efeitos. Perden-

do nosso senso de agência ou o do outro, podemos sentir apenas a escolha entre controle ou submissão. Em contraste, no espaço da terceiridade não estamos nos submetendo ao Outro quando respeitamos sua agência; ao contrário, estamos nos rendendo ao terceiro, como quando somos capazes de abandonar a posição absoluta de autoafirmação e aceitar o ponto de vista ou a realidade do outro sem abdicar do nosso. Rendição implica libertar-se de qualquer intenção de controlar ou coagir. (Benjamin, 2006, p. 122, tradução nossa)

Recorrendo a Winnicott (1968/2019), Benjamin (2006) aponta a importância da sobrevivência à destruição, a qual é aquela que permite que o outro se torne real e abre, dessa forma, espaço para a terceiridade. A partir dessa sobrevivência, torna-se possível negociar diferenças, restaurar diálogos e conectar-se com repetidas e necessárias experiências de sobrevivência ao colapso da complementaridade ou duplicidade (Benjamin, 2006).

Esses processos simbólicos que desembocam na criação da terceiridade se dão, inicialmente, pelo estabelecimento de experiências rítmicas mútuas, as quais servem de base para as interações posteriores. Para Benjamin (2006), a intersubjetividade, caracterizada pela capacidade de acessar a intenção do outro, é a condição da compreensão autorreflexiva, desenvolvida por meio da interiorização do diálogo. Dessa forma, afirmar que existe compreensão do outro além da projeção requer admitir a possibilidade de criar um terceiro compartilhado como veículo de compreensão mútua.

Elisa Cintra (2018) reforça o movimento de aproximação de Benjamin entre as noções de mutualidade e reconhecimento ao trabalhar a questão de que, no processo de mutualidade, tanto o bebê quanto o cuidador primordial têm a necessidade de serem reconhecidos. Porém, o que faz com que um processo de constituição psíquica ocorra é a alternância entre um prender-se e desprender-se do cuidador, sustentada por uma presença materna “disponível a reabastecer a criança quando ela se aventura para longe por conta própria” (Cintra, 2018, p. 692) e capaz de estimular as explorações para fora de seu campo de domínio, sem ficar ansiosa com a independência da criança.

Cintra (2018) trabalha com ideias de teorias intersubjetivas das décadas de 1970 e 1980 que enfatizam como a criança reconhece, desde cedo, uma dimensão de alteridade e diferença. Para a autora, os jogos de mutualidade – que incluem a voz, os movimentos faciais e os gestos – trazem algo de inesperado e variável, sendo prazerosos e pondo em cena o reconhecimento das diferenças a partir de um brincar mútuo e responsivo (Cintra, 2018).

Perceber o outro como diferente de si faz parte do trabalho de reconhecimento, envolvendo a capacidade do sujeito de lidar com as semelhanças e diferenças, com as aproximações e distanciamentos, o que faz com que os contornos psíquicos sejam mantidos e não ameaçados em decorrência da proximidade (Machado Junior, 2012). Nesse sentido, o ambiente é necessário por dar suporte para a existência de um outro que se diferenciará dele. Na mutualidade, portanto, as descontinuidades são sustentadas a partir de um laço que permite a inscrição da presença e também da ausência, espaço esse que permite a livre manifestação da criatividade.

Conforme Rodolfo (2012), é fundamental que o cuidador não aja de forma onipotente sobre a criança, sentindo-se responsável por causar uma experiência. Em vez disso, o autor aponta que, para que uma verdadeira experiência ocorra, é necessário manter o espaço aberto para a espontaneidade que advém da criança. Rodolfo (2004) enfatiza a espontaneidade como tendo um papel central nos processos que levam à construção do si-mesmo e ressalta a importância de “reconhecer a capacidade de proposta espontânea como a dimensão mais própria e consubstancial da subjetividade, desde suas primeiras manifestações” (p. 131). Respeitar a espontaneidade é também se deparar com a alteridade e com todos os desafios que se impõem ao lidar com a diferença, permitindo que a criança exerça, de forma plena, sua capacidade criativa.

Criação e espontaneidade como, simultaneamente, desfecho e abertura

A apreciação criativa é entendida por Winnicott (1975/2019) como o atributo que faz com que o indivíduo sinta que a vida vale a pena ser vivida. O impulso criativo, além de estar presente quando um artista produz uma obra de arte – essa é a imagem que costuma vir à mente ao se tratar do assunto –, também se refere à capacidade de qualquer pessoa observar algo de maneira saudável ou realizar algo deliberadamente, “seja fazendo uma sujeirada com as próprias fezes, seja prolongando o choro ao apreciar um som musical” (Winnicott, 1975/2019, p. 114). Assim, a criatividade está presente desde os estágios iniciais do desenvolvimento, nas ações do cotidiano, dando a ver a forma como a pequena criança vai se apresentando no mundo.

Nesse sentido, na primeira infância, a possibilidade de viver a vida de modo criativo depende de um ambiente que aceite o paradoxo do bebê criar um objeto que não poderia ser criado se não estivesse lá de antemão para ser encontrado

(Winnicott, 1975/2019). Mais do que controle mágico, Winnicott fala do aspecto criativo dessa experiência, no qual o lactente, sustentado pelo ambiente, cria e recria o objeto.

A ilusão inicial, anteriormente trabalhada neste texto, está, portanto, nas bases do desenvolvimento da criatividade. O ambiente precisa, para Winnicott (1975/2019), auxiliar o bebê a lidar com o choque causado pela perda da onipotência, momento no qual o objeto subjetivo passa a se relacionar com objetos percebidos objetivamente. Esse processo se dá por meio das trocas mútuas entre cuidador e bebê, e da disponibilidade do adulto em auxiliar que uma experiência tenha lugar para a criança (Rodulfo, 2012).

O potencial criativo relaciona-se com a concepção winnicottiana sobre o verdadeiro *self*, o qual só se tornará uma realidade viva se o cuidador tiver êxito em, por repetidas vezes, responder ao gesto espontâneo ou à alucinação sensorial do bebê (Winnicott, 1960/1983) e agir de modo a não colidir com a onipotência do lactente. Em contrapartida,

A mãe que não é suficientemente boa não é capaz de complementar a onipotência do lactente, e assim falha repetidamente em satisfazer o gesto do lactente; ao invés, ela o substitui por seu próprio gesto, que deve ser validado pela submissão do lactente. Essa submissão por parte do lactente é o estágio inicial do falso *self*, e resulta da incapacidade da mãe de sentir as necessidades do lactente. (Winnicott, 1960/1983, p. 133)

Dessa maneira, é possível depreender que as repetidas quebras na mutualidade, que geram descompassos entre a necessidade do bebê e aquilo que é oferecido pelo cuidador, podem resultar no estabelecimento de um funcionamento – modo de se colocar diante da vida – pautados pelo falso *self*. Nesse caso, a criança passa a agir de forma reativa ao ambiente, ou seja, passa a reagir àquilo que lhe é apresentado e encontra dificuldade em manifestar-se de forma criativa e espontânea. Cria-se, portanto, um falso *self*, que oculta o *self* verdadeiro, a partir da submissão às exigências do ambiente, e pode até ter a aparência de ser real, “de modo que a criança pode crescer se tornando exatamente como a mãe, amaseca, tia, irmão ou quem quer que no momento domine o cenário” (Winnicott, 1960/1983, p. 134).

O que está na origem do *self* verdadeiro e, com ele, na origem da possibilidade da criatividade e da espontaneidade terem lugar – uma vez que o gesto espontâneo corresponde, para Winnicott, ao *self* verdadeiro em ação – é o fato

de ter existido um ambiente que pôde identificar-se com o bebê (Winnicott, 1960/1983). Com isso, a criança pode começar por existir e não por reagir, manifestando sua capacidade criativa mediante uma relação estabelecida com o cuidador pela via da mutualidade.

Nesse ínterim, temos a capacidade de criação e de espontaneidade como desfecho de um processo de mutualidade, em que, no final, a criança tem espaço para ser, sustentada por um ambiente atento a suas necessidades. Simultaneamente, caminhando junto com as teorizações winnicottianas que nutrem os paradoxos, esse desfecho também pode ser entendido como abertura, uma vez que é pelo impulso criativo já estar lá desde a sustentação inicial da onipotência, momento no qual o bebê cria o objeto, que a mutualidade e, com ela, a vivência de uma experiência com o outro pode acontecer. Ou seja, falamos da assunção de uma capacidade criativa que é originada por um processo e que, ao mesmo tempo, já está lá para que esse mesmo processo seja possível.

Considerações finais

Tendo em vista os desdobramentos do entendimento sobre a mutualidade trabalhados neste texto, é possível perceber que ela é considerada um tipo de relacionamento que pauta a possibilidade de concebermos o outro como alguém diferente de si próprio. Com a mutualidade se criam condições para que se viva uma experiência junto do outro de forma criativa. Porém, tais condições só podem ser criadas se houver um ambiente que se identifique com o bebê no primeiro tempo da mutualidade e que possa sustentar, inicialmente, a ilusão. Dessa forma, as experiências de mutualidade facilitam a construção de encontros e de relações fora de uma zona de projeção e onipotência. Aceitar o outro como ele é, de forma genuína, e, assim, o deixar ser em sua integridade, apresenta-se como a possibilidade de construção de verdadeiras conexões e, em última instância, de verdadeiros laços de amor.

Estudar o campo das relações iniciais é, portanto, lançar luz sobre os processos que se dão de forma relacional e produzem marcas que podem reverberar ao longo de todo o desenvolvimento do indivíduo. Apoiada nas ideias de Winnicott, Cintra (2018) mostra que desencontros na experiência de mutualidade inicial são o pano de fundo para as dificuldades no contato com o outro durante a vida adulta, o que causa perturbações do campo narcísico identitário. De forma semelhante, Montagna (2011) aponta que a problemática psicanalítica atual, frente aos pacientes contemporâneos, gira em torno de questões pré-verbais, não

verbais, não representáveis ou irrepresentáveis. As discussões sobre mutualidade remetem, portanto, não somente às primeiras experiências de comunicação entre o bebê e seu cuidador primordial, mas também aos mecanismos não verbais do processo psicanalítico (Montagna, 2011), o que aponta para a relevância de produções acadêmicas sobre o tema.

Neste texto, tivemos como objetivo apresentar a mutualidade como chave de leitura do processo de desenvolvimento emocional, desde a sustentação da experiência inicial de ilusão, passando pelo experienciar com o outro, até o pleno exercício da criatividade e da espontaneidade. Dessa maneira, a noção de mutualidade pode servir como fio condutor que ampara o estudo de casos e a construção de intervenções clínicas pautadas no entendimento da primordialidade dos aspectos relacionais e das construções conjuntas, considerando as implicações e os efeitos de reconhecimento aí presentes.

Referências

- Ab'sáber, T. (2021). *Winnicott: Experiência e paradoxo*. Ubu.
- Benjamin, J. (2006). Two-way streets: Recognition of difference and the intersubjective third. *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, 17(1), 116-146. <https://doi.org/10.1215/10407391-2005-006>
- Cintra, E. M. U. (2018). Dominar, submeter-se, libertar-se: Jessica Benjamin e os laços de amor. *Psicologia em Revista*, 24(3), 686-704. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n3p686-704>
- Coelho Jr., N. E. (2001). A noção de objeto na psicanálise freudiana. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 4(2), 37-49. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982001000200003>
- Freud, S. (1900/1980). A interpretação dos sonhos. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vols. 4, 5. Imago.
- Freud, S. (1917/2010). Luto e melancolia. In: *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*, p. 170-194. Companhia das Letras.
- Fulgencio, L. (2020). *Psicanálise do ser: A teoria winnicottiana do desenvolvimento emocional como uma psicologia de base fenomenológica*. Edusp.
- Graña, R. B. (2011). Mutualidade, comunicação silenciosa e identificações cruzadas. In: I. Sucar, H. Ramos (Eds.), *Winnicott: Ressonâncias*, p. 153-165. Primavera.
- Machado Junior, P. P. (2012). Expressões do reconhecimento e da sujeição na experiência intersubjetiva. *ALTER: Revista de Estudos Psicanalíticos*, 30(2), 97-108. <https://spbsb.org.br/novo/wp-content/uploads/2015/01/08Pericles.pdf>

- Montagna, P. (2011). Níveis de mutualidade. In: I. Sucar, H. Ramos (Eds.), *Winnicott: Ressonâncias*, p. 177-182. Primavera.
- Ogden, T. (2002). Lendo Winnicott. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 36(4), 737-755.
- Rodulfo, R. (2004). *Desenhos fora do papel: Da carícia à leitura-escrita na criança*. Casa do Psicólogo.
- Rodulfo, R. (2008). *El psicoanálisis de nuevo: Elementos para la deconstrucción del psicoanálisis tradicional*. Eudeba.
- Rodulfo, R. (2012). *Padres e hijos: En tiempos de la retirada de las oposiciones*. Paidós.
- Roudinesco, E.; Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Zahar.
- Saikoski, R. H.; Giguer, F. F.; Silva, M. R. (2021). Experiência de mutualidade na unidade de terapia intensiva neonatal. *Psicologia Clínica*, 33(3), 411-428. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652021000300002
- Serralha, C. A. (2019). O espaço potencial: Da origem à evolução. *Estilos da Clínica*, 24(1), 157-172. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v24i1p157-172>
- Silva, M. R.; Martins, P. G.; Lisbôa, R. (2017). A experiência de mutualidade no processo terapêutico de uma dupla mãe-bebê. *Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre*, 24(2), 255-278. <https://revista.sppa.org.br/RPdaSPPA/article/view/218>
- Vilete, E. (2013). *Sobre a arte da psicanálise*. Ideias & Letras.
- Winnicott, D. W. (1952/2021a). Ansiedade associada à insegurança. In: *Da pediatria à psicanálise*, p. 212-217. Ubu.
- Winnicott, D. W. (1952/2021b). Psicose e cuidados maternos. In: *Da pediatria à psicanálise*, p. 393-407. Ubu.
- Winnicott, D. W. (1953/2019). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: *O brincar e a realidade*, p. 13-51. Ubu.
- Winnicott, D. W. (1960/1983). Distorções do ego em termos de falso e verdadeiro 'self'. In: *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*, p. 128-139. Artmed.
- Winnicott, D. W. (1963/1983). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In: *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*, p. 79-87. Artmed.
- Winnicott, D. W. (1966/1994). A mãe dedicada comum. In: *Os bebês e suas mães*, p. 1-11. Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1967/2019). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In: *O brincar e a realidade*, p. 177-188. Ubu.
- Winnicott, D. W. (1968/1994). A comunicação entre o bebê e a mãe e entre a mãe e o bebê: Convergências e divergências. In: *Os bebês e suas mães*, p. 79-92. Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1968/2019). O uso de um objeto e a relação por meio de identificações. In: *O brincar e a realidade*, p. 141-153. Ubu.

- Winnicott, D. W. (1969/1994). A experiência mãe-bebê de mutualidade. In: *Explorações psicanalíticas*, p. 195-202. Artmed.
- Winnicott, D. W. (1975/2019). A criatividade e suas origens. In: *O brincar e a realidade*, p. 108-140. Ubu.
- Winnicott, D. W. (1986/1999). Vivendo de modo criativo. In: *Tudo começa em casa*, p. 23-25. Martins Fontes.
- Zavaroni, D. M. L.; Viana, T. C.; Celes, L. A. M. (2007). A constituição do infantil na obra de Freud. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 12(1), 65-70. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2007000100008>

Disponibilidade de dados

Este estudo não analisou nem gerou quaisquer conjuntos de dados, devido à sua natureza teórica.

Contribuição de cada autora para o artigo

Kellen Evaldt Arrozi: Pesquisa bibliográfica, articulação de ideias, redação do manuscrito.

Milena da Rosa Silva: Pesquisa bibliográfica, orientação, revisão do manuscrito.

Agradecimentos e apoio

Não se declararam fontes de financiamento.

Conflitos de interesses

As autoras declaram que este estudo não é objeto de potencial conflito de interesse.

Editor de seção

Eduardo Medeiros.

Editora-chefe

Jaqueline de Carvalho Rodrigues.

Recebido: 04 de junho de 2024

Aceito: 27 de janeiro de 2026